



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMA PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL

ETAPA/FASES/ MACROAÇÕES	JUSTIFICATIVA	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	METAS
Conceber ações educativas e de conscientização sobre a ilegalidade, a nocividade e o caráter antidemocrático das da desinformação.	Fortalecer a cultura democrática, fomentar o uso ético das ferramentas de comunicação e desestimular condutas ilícitas que prejudicam a paz e a estabilidade do panorama social.	Ao longo da vigência do Termo de Cooperação.	Desenvolver e ofertar campanhas publicitárias e institucionais, além de cursos de educação midiática, com foco na população em geral.
Criar medidas para desestimular e denunciar redes de desinformação, condutas ilegais em campanhas eleitorais e envio de disparo em massa em desacordo com a legislação.	Auxiliar na depuração e na elevação do índice de integridade das competições eleitorais. Esclarecer o público interno e externo sobre condutas e práticas ilegais durante o período eleitoral. Criar e divulgar canais de denúncia para casos de desinformação e condutas ilegais.	Até 31.12.2022.	Desenvolver ações de capacitação, direcionadas aos públicos interno e externo, sobre condutas vedadas em campanhas eleitorais, em especial no ambiente digital. Criar / otimizar canais de denúncia para casos de desinformação e ações ilegais em geral. Realizar ações de publicidade, com o fim de publicizar a existência dos canais em questão.
Definir ações de comunicação sobre o processo eleitoral de 2022 e serviços úteis ao eleitor.	Elevar a consciência social em torno do funcionamento dos processos eleitorais e facilitar o direito fundamental à informação.	Até 31.12.2022.	Definir ações conjuntas de comunicação, abrangendo conteúdo, <i>timing</i> e formas de divulgação.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

<p>Definir ações que auxiliem a defesa da integridade do processo eleitoral e a confiabilidade do sistema eletrônico de votação.</p>	<p>Ampliar o estado geral de conhecimento a respeito da segurança do processo eletrônico de votação. Reduzir o déficit de conhecimento que contribui para a expansão de teorias conspiratórias a respeito de fraudes eleitorais.</p>	<p>Ao longo da vigência do Termo de Cooperação.</p>	<p>Atestar a integridade e higidez do sistema eleitoral brasileiro.</p> <p>Promover visitas técnicas ao TSE.</p> <p>Ofertar capacitação sobre o sistema eletrônico de votação e a desinformação relacionada, mediante cursos oferecidos pelo TSE ou por entidades parceiras do PPED.</p>
<p>Conceber ações e medidas que incentivem a participação ativa do jovem no processo democrático do País.</p>	<p>Ampliar a participação do jovem eleitor, especialmente aqueles com idade entre 16 e 17 anos (cujo voto é facultativo), por meio de iniciativas que estimulem o cadastramento eleitoral (obtenção do título de eleitor) e a participação nos dias de eleição para escolha dos representantes dos cargos em disputa.</p>	<p>Abril/2022: Campanha nacional de fechamento do cadastro eleitoral;</p> <p>Maio e Junho/2022: Divulgação dos resultados de toda a mobilização da Justiça Eleitoral e da sociedade civil.</p> <p>Julho e Agosto/2022: Publicação de conteúdos relacionados à importância do voto consciente.</p> <p>Setembro e Outubro/2022: Mobilização para download do E-Título e convocação para o primeiro voto.</p>	<p>Intensificar as campanhas que estimulem a participação do jovem eleitor na política, por meio de veículos de comunicação social, redes sociais, engajamento da sociedade civil, instituições públicas e apoio de influenciadores digitais.</p> <p>Incentivar o exercício do voto de forma consciente e informada.</p>



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Definir ações de publicidade da celebração da cooperação.	Conferir ampla publicidade para a sociedade sobre a celebração do Termo de Cooperação e o escopo da parceria.	Até 30 dias da assinatura do Termo de Cooperação.	Definir meios de divulgação.
---	---	---	------------------------------

Brasília, de abril de 2022.

Deputado Federal **Arthur César Pereira de Lira**

Presidente da Câmara dos Deputados

Ministro **Luiz Edson Fachin**

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral